



## PARECER JURÍDICO N. 021/2024

**EMENTA:** DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. CHAMADA PÚBLICA. DISPENSA DE LICITAÇÃO. LEI N. 11.947/2009. RESOLUÇÃO/CD/FNDE N. 38/2009. REGULARIDADE FORMAL.

### 1 – RELATÓRIO

Trata-se de processo administrativo cuja finalidade é a *"aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, para atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE"*, via chamada pública, por dispensa de licitação.

O processo foi distribuído à Procuradoria para análise e emissão de parecer, na forma do art. 53 da Lei n. 14.133/2021, e encontra-se instruído, dentre outros, com os seguintes elementos: 1) documento de formalização da demanda; 2) estudo técnico preliminar; 3) termo de referência; 4) parecer contábil; 5) minutas do edital e do contrato.

É o relatório.

### 2 – ABRANGÊNCIA

A presente manifestação tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle prévio de legalidade, limitando-se aos aspectos estritamente jurídicos da matéria. Dessa forma, não se adentrará aos demais aspectos envolvidos, como os de natureza técnica, mercadológica ou de conveniência e oportunidade, cuja análise é de responsabilidade exclusiva dos órgãos competentes.

Delimitado o alcance deste parecer, passa-se à fundamentação.

### 3 – FUNDAMENTAÇÃO



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100



O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE introduziu inovações na legislação licitatória, aplicáveis na implantação das ações destinadas à utilização dos recursos financeiros transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito da Lei federal n. 11.947/2009, disciplinada pela Resolução/CD/FNDE n. 38/2009, a qual dispõe sobre a "*(...) aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural para abastecimento de escolas e creches*".

A aquisição de alimentos da agricultura familiar poderá ser realizada dispensando-se o processo licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local, observando-se os princípios do art. 37, *caput*, da CF, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas que regulamentam a matéria (§ 1º do art. 14, da Lei n. 11.947/2009).

Assim, para a operacionalização da compra de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar, dever-se-á observar os seguintes passos:

1) Cardápio: os cardápios da alimentação escolar deverão ser elaborados pelo nutricionista responsável, respeitando e promovendo a cultura alimentar local, a diversificação agrícola da região, uma alimentação saudável e adequada, além da sustentabilidade.

2) Chamada Pública: as entidades executoras deverão publicar, por meio de chamada pública (que é modalidade de edital adstrito à agricultura familiar), a demanda de produtos da agricultura familiar, além respectiva quantidade.

3) Preços de Referência: os preços de referência servirão de parâmetro para os valores dos produtos a serem adquiridos, demonstrando que a entidade executora pagará preços justos.

4) Elaboração de Projeto de Venda: O projeto de venda deverá ser elaborado pelo grupo formal ou grupo informal (assessorado pela entidade articuladora), sempre de acordo com a chamada pública. É o documento que formaliza o interesse dos agricultores familiares em venderem para a alimentação escolar.





5) Recebimento de Projeto de Venda: a entidade executora receberá os projetos de venda, que devem ser acompanhados da documentação de habilitação dos potenciais fornecedores (DAP, projeto de venda e outros).

6) Seleção de Projeto de Venda: a entidade executora seleciona os projetos de venda e terão prioridade, nesta ordem, os projetos dos municípios, da região, do território rural, do estado e do país.

7) Assinatura do Contrato: o contrato é o instrumento legal que formaliza a relação de compra e venda de alimentos da agricultura familiar para a alimentação escolar. Ele estabelece o cronograma de entrega dos produtos e a data de pagamento dos agricultores familiares;

8) Entrega dos Produtos: a entrega dos produtos será de acordo com o cronograma previsto no contrato. O termo de recebimento, assinado pela entidade executora e agricultores familiares, atesta que os produtos entregues estão de acordo com o contrato e com os padrões de qualidade exigidos.

De acordo com o art. 22 da Resolução/CD/FNDE 38/2009, para que seja fornecedor, a família deve estar identificada por DAP (Declaração de Aptidão ao PRONAF), que compreende: Grupos Formais (organizações da agricultura familiar), sendo necessária a DAP Jurídica da organização; Grupos Informais (grupo de agricultores familiares e empreendedores familiares rurais), sendo necessária a DAP física dos agricultores fornecedores.

Os Grupos Informais deverão ser cadastrados junto à entidade executora por uma entidade articuladora, responsável técnica pela elaboração do projeto de venda de gêneros alimentícios da agricultura familiar para a alimentação escolar.

A seu turno, a entidade articuladora deve estar cadastrada no Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural (SIBRATER) ou entidades credenciadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário para emissão da DAP, como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) ou o Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (SINTRAF). Deve apresentar o grupo informal aos conselhos





municipais (CAE, CMDRS e COMSEA, quando houver). A entidade articuladora não poderá: receber remuneração, efetuar a venda, assinar como proponente e ter responsabilidade jurídica.

Em relação ao regramento acima analisado, é de se concluir que foi introduzida no cenário jurídico nacional uma nova hipótese de dispensa de licitação, caracterizada como licitação dispensável, em razão do objeto, sem que tenha ocorrido, entretanto, a sua inclusão no estatuto licitatório.

Esse regramento estabelece que os recursos financeiros transferidos, a título de execução do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, somente poderão ser utilizados para a aquisição de gêneros alimentícios (art. 5º, § 2º).

Assim, a primeira decorrência da legislação citada é que, pretendendo a Administração manter a execução indireta de serviços de fornecimento de merenda escolar, somente poderá adquirir os alimentos para sua preparação com os recursos transferidos do PNAE pelo FNDE, devendo prever recursos de outras fontes para a remuneração de tais serviços terceirizados.

Portanto, levando-se em consideração os documentos que instruem o presente procedimento, está caracterizada a possibilidade jurídica da dispensa de licitação para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Ademais, consta nos autos o documento de formalização da demanda, o estudo técnico preliminar e o termo de referência, em atendimento ao Decreto Municipal n. 141/2023. Além disso, verifica-se que o edital e a minuta contratual atendem às exigências dos instrumentos da espécie.

À vista disso, **do ponto de vista formal**, os atos praticados estão regulares.

#### 4 – CONCLUSÃO



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100



ANTE O EXPOSTO, nos limites da análise jurídica e excluídos os aspectos técnicos e o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, a Procuradoria-Geral, representada por seu procurador subscrito, no uso de suas atribuições legais, opina pela possibilidade jurídica do prosseguimento da presente chamada pública para aquisição de alimentos da agricultura familiar.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Cordilheira Alta/SC, 4 de março de 2024.

**MADIAN ROMAN**  
**Procurador do Município**



Procuradoria-Geral do Município de Cordilheira Alta



Rua Celso Tozzo, 27, 2º andar, CEP 89.819-000



juridico@pmcordi.sc.gov.br



www.pmcordi.sc.gov.br



(49) 3358-9100